

ATOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Deputado afirma ser vítima de uma “ditadura” e que vai se licenciar do mandato para permanecer nos Estados Unidos. Em terras americanas, pretende trabalhar contra o STF

Eduardo se diz perseguido e vai pedir “asilo” aos EUA

» ISRAEL MEDEIROS
» LUANA PATRIOLINO

Com receio de ser impedido pela Justiça de deixar o país, o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) anunciou, ontem, que vai se licenciar do cargo na Câmara para continuar a fazer pressão, nos Estados Unidos, contra decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). Ele também disse que pedirá “asilo político” aos EUA.

Eduardo foi ao menos quatro vezes aos Estados Unidos desde a posse de Donald Trump, em janeiro, e manteve uma rotina de encontros com autoridades norte-americanas para dizer que sua família é vítima de uma “ditadura” em curso no Brasil.

“Irei me licenciar sem remuneração para que possa me dedicar integralmente e buscar as devidas avaliações aos violadores de direitos humanos. Aqui posso focar em buscar as justas punições que Alexandre de Moraes e sua Gestapo da Polícia Federal merecem”, disse o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), em vídeo publicado em seu canal do YouTube.

“O que o ministro do Supremo Tribunal Federal e seus cúmplices estão tentando fazer é usar justamente o meu mandato como cabresto, como ferramenta de chantagem e coação do regime de exceção. Como instrumento para me prender e impedir que eu represente os melhores interesses para o meu país. (...)”, prosseguiu. “Tenho certeza de que o meu eleitor também entende que o meu trabalho neste momento é muito mais importante aqui nos Estados Unidos do que no Brasil.”

Eduardo está nos EUA desde o fim de fevereiro. Ele embarcou no mesmo dia em que o **PT pediu ao STF** a apreensão de seu passaporte sob a alegação de que o deputado atuou contra o próprio país ao fazer lobby por reprovações internacionais a Alexandre de Moraes, ao Supremo e ao governo brasileiro.

À tarde, em entrevista à revista de direita *Timeline*, o deputado chorou ao falar sobre ficar longe do ex-presidente. “Meu pai, é claro que ele queria o filho perto dele”, afirmou, com voz embargada. O parlamentar, então, se abaixou para chorar fora do foco da câmera. “Eu não gosto de parecer que estou me vitimizando, mas é uma possibilidade real de eu nunca mais ver meu pai. Mas é a vida adulta também, sacrifício.” À CNN, contou que não tem voo marcado para voltar ao Brasil. “Devo fazer o pedido de asilo político ao governo dos Estados Unidos.”

Embora Eduardo tenha dito, ao longo dos últimos dias, que o seu passaporte seria apreendido, Moraes mandou arquivar ontem o pedido para reter o documento. A decisão atende à recomendação da Procuradoria-Geral da

Reprodução do YouTube



Eduardo diz que vai “focar em buscar as justas punições que Moraes e sua Gestapo da Polícia Federal merecem”

Israel, Medeiros/CB/DA.Press



Bolsonaro chorou ao falar sobre filho: “Hoje é um dia marcante”

Acusação do PT

O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), e o deputado Rogério Correia (PT-MG) enviaram uma notícia-crime em que acusam Eduardo de atentar contra a soberania e as instituições brasileiras. Ele estaria usando viagens internacionais para instigar políticos americanos contra o STF.

República (PGR), que não viu elementos suficientes que comprovem atividade ilegal.

“Os relatos dos noticiantes não contêm elementos informativos mínimos que indiquem suficientemente a realidade de ilícito penal, justificadora da deflagração da pretendida investigação”, diz o PGR, Paulo Gonet.

A manifestação pegou deputados e senadores do PL de surpresa. Uma coletiva para falar sobre a situação de Eduardo foi

cancelada depois da resposta da PGR. Outro motivo foi uma reunião de líderes da Câmara para definir os comandos das comissões permanentes da Casa. Com Eduardo fora da jogada — ele seria a indicação do PL para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Creden) —, os parlamentares precisaram articular novos acordos. O partido deve indicar o líder da oposição na Câmara, o deputado Zucco (PL-RS) para o posto.

aderir ao plano criminoso.

A PGR denunciou, no mês passado, o ex-presidente Jair Bolsonaro e outras 33 pessoas — divididas em cinco núcleos — por estimular e realizar atos contra os Três Poderes e contra o Estado Democrático de Direito. Segundo o órgão, o ex-chefe do Planalto tinha ciência e participação ativa em uma trama golpista para se manter no poder e impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Bolsonaro

Zanin marcou para 25 e 26 de março o julgamento de Bolsonaro e de mais sete aliados: os ex-ministros Walter Braga Netto,

Lágrimas

Depois do anúncio feito pelo filho, Bolsonaro foi ao Senado para participar da apresentação de uma exposição sobre o Holocausto. Ao lado da ex-primeira-dama Michelle; do filho mais velho, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), e de aliados no Congresso, ele chorou ao falar sobre Eduardo.

“Hoje está sendo um dia marcante para mim”, disse, com a voz embargada. “O afastamento de um filho, um filho que se afastou mais do que por um momento de patriotismo. Se afastou para combater algo parecido com o nazifascismo que cada vez mais avança no nosso país.”

Na solenidade, havia representantes nacionais e internacionais da comunidade judaica. O embaixador de Israel, Daniel Zonshine, também participou. “Com todos os problemas que nós esperamos ter no momento (referindo-se à ação judicial que pode resultar em sua prisão, se for condenado), não se comparam ao que os nossos irmãos judeus viveram no passado”, frisou.

Ele também compartilhou sua boa relação com Benjamin Netanyahu e com Trump. “Prezado embaixador, leve meu abraço ao prezado Benjamin Netanyahu. Fui convidado, há pouco, a ir para o seu país. Pegaram meu passaporte. Fui convidado a comparecer à posse de Trump. Também confiscaram meu passaporte. Mas meu coração está com vocês. Estou em pensamento com o povo americano. Tenho profundo respeito, admiração e gratidão a Donald Trump. Sei que no momento ele vai envolver o meu filho”, ressaltou.

Augusto Heleno, Paulo Sérgio Nogueira e Anderson Torres; o deputado federal Alexandre Raimagem (PL-RJ); o ex-comandante da Marinha Almir Garnier; e o tenente-coronel Mauro Cid. Eles fazem parte do primeiro núcleo denunciado pela PGR.

Na manhã do primeiro dia, a expectativa é de ouvir as defesas dos oito denunciados. À tarde, Moraes deve fazer a leitura do seu relatório e dar voto a favor ou contra o mérito da questão, ou seja, dirá se aceita a denúncia. A etapa de 26 de março deve funcionar para as manifestações dos demais ministros do colegiado. Se a denúncia for aceita, resultará em uma ação penal. (LP)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



Licença repentina de Eduardo Bolsonaro surpreende a Câmara

Estava praticamente tudo certo: o presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara seria o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), indicado pelo líder de seu partido, Sóstenes Cavalcante (RJ). Pelo critério da proporcionalidade entre as bancadas, cabe à legenda com maior número de deputados, no caso o PL, escolher primeiro as comissões que pretende dirigir. Entretanto, de última hora, Eduardo Bolsonaro se licenciou do mandato, anunciou que pretende pedir asilo aos Estados Unidos, onde está, e indicou o líder da oposição na Câmara, deputado Zucco (PL-RS), para o seu lugar na comissão.

Tudo isso ocorreu depois da manifestação de domingo, em Copacabana, em protesto contra a condenação dos envolvidos na tentativa de golpe de 8 de janeiro, convocada pelo pastor Silas Malafaia e o ex-presidente Bolsonaro, que reuniu ainda os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas (PR); Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), Mato Grosso, Mauro Mendes (União); e Santa Catarina, Jorginho Mello (PL). Tarcísio defendeu anistia aos vândalos da Praça dos Três Poderes e criticou a inelegibilidade de Bolsonaro.

Nos bastidores de Brasília, comenta-se que a decisão de substituir Eduardo Bolsonaro por Zucco foi tomada pelo presidente do PL, Valdemar Costa Neto, para não aumentar o estresse com o Supremo Tribunal Federal (STF), o que ele nega. Eduardo já fez várias viagens aos EUA para fazer pressão contra o Judiciário brasileiro junto às autoridades norte-americanas, o que levou o líder do PT, Lindbergh Farias (PT-RJ), e seu colega de bancada Rogério Correia (PT-MG) a pedirem ao STF que apreendesse o seu passaporte.

Ontem, o pedido foi negado pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Entretanto, em vídeo publicado nas redes, Eduardo alegou que está sendo perseguido pelo ministro Alexandre de Moraes, responsável pelo inquérito que investiga a tentativa de golpe de Estado de 8 de janeiro. “Tornei-me deputado para representar o povo paulista no melhor interesse da minha nação. O que o ministro do Supremo Tribunal Federal e seus cúmplices estão tentando fazer é usar justamente o meu mandato como cabresto, como ferramenta de chantagem e coação do regime de exceção. Como instrumento para me prender e impedir que eu represente os melhores interesses para o meu país”, disse.

“Da mesma forma que assumi o mandato parlamentar para representar a minha nação, eu abdicarei temporariamente dele para seguir bem representando esses milhões de irmãos de pátria que me incumbiram dessa nobre missão”, completou. O parlamentar refere-se às articulações que já vinha fazendo junto aos republicanos nos Estados Unidos, principalmente na Comissão de Relações Exteriores da Câmara de Deputados. Eduardo articulou, inclusive, medidas de retaliação a Moraes.

Inelegibilidade

O gesto de Eduardo pegou de surpresa os seus colegas de bancada, pois é um nome cotado para ser candidato ao Senado por São Paulo, em 2026, ou mesmo substituir o pai na disputa pela Presidência. Jair Bolsonaro (PL) se emocionou ao falar sobre a permanência do filho nos Estados Unidos, na solenidade que inaugurou uma exposição sobre o Holocausto no Senado, em Brasília. Com voz embargada, disse: “Hoje está sendo um dia marcante para mim. O afastamento de um filho. Mais um filho que se afasta mais do que por um momento de patriotismo. Um filho que se afasta para combater algo como o nazifascismo que se coloca no nosso país”.

O ex-presidente se queixou de que teve seu passaporte apreendido por ordem da Justiça, o que o teria impedido, segundo ele, de ir a Israel e aos Estados Unidos, inclusive para participar da posse de Donald Trump (Republicanos). “Tenho convicção de que ele (Trump) continuará abraçando meu filho”, disse o ex-presidente, ao citar a menção feita pelo presidente norte-americano a Eduardo, durante evento conservador no mês passado. A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o filho mais velho do ex-presidente, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), participaram da solenidade, que contou com a presença do embaixador de Israel, Daniel Zonshine.

Bolsonaro apostava na mobilização popular para levar o Congresso a derrubar sua inelegibilidade e anistiar todos os condenados por envolvimento no 8 de Janeiro. A estratégia fracassou por dois motivos: primeiro, porque há um certo cansaço com a radicalização política até entre os eleitores de direita; segundo, porque os aliados do Centrão preferem vê-lo fora disputa de 2026, principalmente os que desejam que o governador Tarcísio de Freitas seja candidato ou já apoiem os governadores de Minas, Romeu Zema (Novo); de Goiás, Ronaldo Caiado (União); e do Paraná, Ratinho Junior (PSD).

Entretanto, Bolsonaro não se dá por vencido. Mantém-se ativo como pré-candidato a presidente da República, mesmo estando inelegível. Como a legislação eleitoral prevê que a inelegibilidade somente seja levada em conta no momento de registro de candidatura, esse interregno permite que faça campanha pela anistia e se mantenha nas ruas, para somente ser substituído como candidato já em pleno processo eleitoral.

A vez da denúncia contra militares

O presidente da **Primeira Turma** do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cristiano Zanin, marcou para 8 e 9 de abril o julgamento do terceiro núcleo de denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) por tentativa de golpe de Estado. Esse grupo reúne os militares que atuaram para incentivar a investida antidemocrática.

Os denunciados são: Bernardo Romão Correa Netto; Cleverson Ney Magalhães; Estevam Cals Teófilo Gaspar de Oliveira; Fabrício Moreira de Bastos; Hélio Ferreira Lima; Márcio Nunes de Resende Júnior; Nilton Diniz Rodrigues; Rafael Martins de Oliveira; Rodrigo Bezerra de Azevedo; Ronald Ferreira de Araújo Júnior; Sérgio Ricardo

Integrantes

A Primeira Turma do Supremo é composta pelos ministros Alexandre de Moraes, relator do processo, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Flávio Dino e Cristiano Zanin.

Cavaliere de Medeiros; Vladimir Matos Soares.

As datas foram marcadas após o relator, ministro Alexandre de Moraes, liberar o caso para julgamento. Segundo a denúncia, uma das estratégias do grupo teria sido uma campanha pública para impulsionar o alto-comando das Forças Armadas a